



## TRAMA GOLPISTA

# Todos contra delação de Cid

Como no 1º dia de julgamento, advogados tentam convencer de que acordo fechado pelo tenente-coronel é frágil e incongruente

» LUANA PATRIOLINO

No segundo dia de julgamento do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado, as defesas dos réus se concentraram em desqualificar, novamente, a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Para os defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro e os generais da reserva Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e candidato a vice na chapa a reeleição, em 2022), o acordo fechado pelo ex-ajudante de ordens da Presidência da República com a Polícia Federal (PF) tem várias inconsistências, omissões e direcionamentos indevidos.

O advogado Celso Vilardi, que representa Bolsonaro, argumentou que não existem provas concretas que possam incriminar seu cliente. “Não tem um e-mail, não tem uma comunicação, não tem uma pessoa que atrele o presidente ao 8 de Janeiro, ao [plano] Punhal [Verde e Amarelo]. Não tem nada. A denúncia está baseada num general, que imprime uma minuta no Palácio [do Planalto], e no mesmo dia vai ao Palácio da Alvorada. Essa é a prova? Não existe absolutamente nada”, enfatizou.

Vilardi lembrou episódio revelado pela revista *Veja* de um perfil no Instagram que o tenente-coronel teria usado para se comunicar com advogados de outros réus e, por meio do qual, fez críticas à condução das investigações. A conta em nome de *Gabriela R702* foi criada a partir de uma de e-mail identificada com o nome de Mauro Cid. Ele é suspeito de ter vazado informações sobre seu acordo de delação premiada sobre a trama golpista.

“Na verdade, ele apresentou uma versão e alterou essa versão. Para além disso, agora durante o seu interrogatório, fiz a pergunta a respeito de um perfil de Instagram falso: *Gabriela R*. Onde está esse perfil do Instagram? No celular dele, com a senha. Juntei isso no processo. Então, vem essa conversa... Não é ata, com todo o respeito ao professor (Cezar) Bitencourt [advogado de Mauro Cid], professor de todos nós: não, não tem ata. Não tem. O que tem é uma conversa em que ele está revelando a delação para terceiros”, explicou, referindo-se a uma ata em cartório em que a defesa do tenente-coronel afirma que a conta foi uma manobra para tumultuar o processo e questionar a validade da delação.

Vilardi também citou contradições e mudanças nas declarações de Cid nos depoimentos prestados à PF. Segundo ele, tal comportamento descredibiliza a delação. “O colaborador era importante antes de ser desmoralizado. Agora que ele está desmoralizado, porque foi pego na mentira pela enésima vez. E agora com duas questões: ele rompeu a delação formalmente, porque, na verdade, rompeu o contrato;

Rosinei Coutinho/STF



Advogado de Braga Netto, Oliveira Lima citou que a questão do dinheiro para financiar plano de morte de autoridades torna delação inconsistente

ele mentiu e colocou sua voluntariedade em xeque”, ressaltou.

### “Mentira”

No mesmo caminho foi a defesa do general Walter Braga Netto, que classificou a delação do ex-ajudante de ordens de “mentirosa”. “O réu colaborador mente descaradamente. Vai condenar alguém por uma mentira, por sete ou oito versões diferentes?”, argumentou o advogado José Luís Oliveira Lima.

O defensor disse que o acordo foi fechado com um réu que estava preso por mais de quatro meses. Além disso, citou a demora de 15 meses para Mauro Cid falar na suposta entrega de dinheiro vivo por Braga Netto para financiar o plano de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Nesse caso, o Ministério Público instalou um procedimento para que o réu colaborador apresentasse provas — e não apresentou. É apenas uma narrativa. Uma narrativa que a Polícia Federal fez e que o Ministério Público abraçou de todas as formas, que é uma narrativa bem colocada, bem escrita, mas absolutamente desprovida de provas”, afirmou.

Outra alegação dos advogados dos réus do núcleo crucial é de que Mauro Cid teria sido coagido a colaborar, sob pena de voltar à prisão e de ter integrantes da família

processados. Eles afirmam que o tenente-coronel teria mentido e omitido fatos. No primeiro dia do julgamento, porém, o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, responsável pela acusação, se manifestou pela validade do acordo de colaboração premiada. Conforme disse, os relatos foram úteis para o esclarecimento e aprofundamento de fatos relacionados à investigação, mas que já tinha sido levantados pela PF.

“Embora a Polícia Federal tenha descoberto a maior parte dos eventos descritos na denúncia de forma independente, a colaboração de Mauro Cid acrescentou-lhes profundidade”, afirmou. Gonet também ressaltou que a manifestação final da PGR buscou refletir sobre o valor da contribuição ao processo investigativo, ponderando omissões.

### Validação

No primeiro dia do julgamento, enquanto os advogados de Cid defenderam a validade do acordo, a defesa do almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, levantou a possibilidade de que seja anulada. Não é de agora que o acordo fechado entre o tenente-coronel e a PF é motivo de contestação. Ao apresentar a denúncia, em 14 de julho, Gonet sugeriu que os benefícios concedidos ao ex-ajudante de ordens da Presidência sejam reavaliados, com a pena diminuída ao patamar mínimo previsto em lei

(um terço da condenação), em vez do perdão judicial ou de uma pena mais branda — conforme solicitam seus advogados.

Ao abrir o julgamento, o advogado Jair Alves Pereira fez questão de assegurar que o tenente-coronel não sofreu qualquer tipo de coerção ao longo dos depoimentos que prestou e rebateu críticas ao número de oitivas convocadas pela PF. Ele lembrou que o militar participou de 11 sessões com os investigadores, em grande parte, para reconhecer pessoas e locais relacionados aos atos golpistas.

“Depois de ele estar com cautelares diversas da prisão, afastado de suas funções, pediu baixa do Exército. E agora, ao final, o Estado diz: ‘Não, realmente, tu me ajudou, tá tudo certo, mas eu vou te condenar’. Se fizemos isso, acabou o instituto da colaboração premiada. Ou ele vale, ou ele não vale”, apontou Jair Pereira. Ainda na sustentação, o advogado defendeu as “escorregadas” de Cid e salientou que não é exigível que um delator, que se expôs como o militar, consiga “trazer detalhes” sem “contradição”.

“Não posso exigir, pelo abalo emocional, pressão. É uma coisa que a natureza autoriza que ele possa dar uma escorregada, mas jamais sem comprometer o acordo”, observou.

Cezar Bitencourt, que chefia a equipe de defesa de Cid, reforçou a legitimidade do acordo firmado

entre Cid e a PF: “Há um elemento que ultrapassa o absurdo jurídico e entra no campo da injustiça moral. Generais, coronéis e oficiais foram claros e unânimes: Mauro Cid jamais articulou um golpe, jamais apresentou propostas ilegais”, disse.

A defesa do ex-comandante da Marinha foi enfática ao pedir a anulação do acordo do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Para o advogado Demóstenes Torres, os depoimentos de Cid não poderiam embasar a acusação de que o almirante teria colocado tropas à disposição do golpe — lembrou que Gonet qualificou o tenente-coronel como “omisso, contraditório, resistente ao cumprimento das obrigações pactuadas” e faltoso com a lealdade durante o acordo.

“Pergunto a vossas excelências: é possível convalidar essa delação ou ela tem que ser rescindida?”, cobrou, destacando que aceitar uma colaboração em tais condições comprometeria a integridade do julgamento.

Para ele, a tentativa da PGR de rebaixar o acordo, mantendo a validade das informações, mas reduzindo os benefícios ao delator, é “incongruente” e fere decisões anteriores do próprio Supremo. “Essa mitigação não existe em nosso ordenamento. Ou a colaboração é homologada e cumprida em sua integralidade, ou é rescindida”, afirmou. (Colaboraram **Alicia Bernardes**, **Fernanda Strickland** e **Vanilson Oliveira**)



É apenas uma narrativa. Uma narrativa que a Polícia Federal fez e que o Ministério Público abraçou de todas as formas, que é uma narrativa bem colocada, bem escrita, mas absolutamente desprovida de provas. (...) O réu colaborador mente descaradamente. Vai condenar alguém por uma mentira, por sete ou oito versões diferentes?”

**José Luís Oliveira Lima**, advogado do general Walter Braga Netto

“O colaborador era importante antes de ser desmoralizado. Agora que ele está desmoralizado, porque foi pego na mentira pela enésima vez, não é pela primeira vez, é pela enésima vez. E agora com duas questões, ele rompeu a delação formalmente, porque ele, na verdade, rompeu o contrato, ele mentiu e ele colocou sua voluntariedade em xeque”

**Celso Vilardi**, advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro

“O delator afirmou que o outro grupo entendia que não havia nada a ser feito diante do resultado das eleições, e que qualquer ação em sentido contrário configuraria um golpe armado — grupo esse totalmente contrário a essa ideia”

**Andrew Fernandes Farias**, advogado do general Paulo Sérgio Nogueira

“Essa mitigação não existe em nosso ordenamento. Ou a colaboração é homologada e cumprida em sua integralidade, ou é rescindida”

**Demóstenes Torres**, advogado do almirante Almir Garnier

## Expectativa de voto contundente contra os réus

» GABRIELLA BRAZ

Apesar da ênfase dada pelas defesas dos réus à veracidade da delação do tenente-coronel Mauro Cid, a expectativa entre aqueles que vêm acompanhando o julgamento dos réus é de que o panorama pouco vai se alterar. A sinalização dada pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, e pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, no primeiro dia do julgamento, é de que o resultado a ser apresentado na próxima semana será duro.

“Na minha avaliação, ele (Moraes) será contundente e o risco de uma punição no máximo das penas é muito grande”, avalia o advogado e analista político Melillo Dinis.

Ele lembra que, em seu relatório, Gonet “fez uma análise muito detalhada”, mas, para ele, “ainda

não conseguiu superar todas as lacunas existentes na acusação”. “Há ali necessidade de maior substância”, observa. Dinis salienta que as defesas se centraram em uma “argumentação voltada para determinar a exclusão quase total de seus clientes, dentro de uma lógica de que não houve prova” e de que a delação de Mauro Cid tem muitas inconsistências.

### Louvor

Paralelamente a isso, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro compartilhou, ontem, em rede social, a letra de um louvor evangélico, acompanhada da citação de um versículo bíblico. A publicação ocorreu depois de a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro se manifestar no segundo dia do julgamento sobre a trama golpista.

“Perseguidos, mas não abandonados. Abatidos, mas não destruídos. Estamos de pé. Não caminharemos pelo que vemos. O que nos move é o que nós cremos”, diz trecho da música compartilhada pela ex-primeira-dama no Instagram.

Michelle citou o versículo bíblico de romanos 10:17, que ressalta o fortalecimento da fé por meio da palavra de Deus. “A fé vem pelo ouvir, e ouvir, pela palavra de Deus”, escreveu.

Na rede social, a ex-primeira-dama também mostrou flores amarelas entregues pela empresária Maria Amélia e destinadas a Jair Bolsonaro, acompanhadas de uma mensagem de agradecimento. “Flores lindas que o meu amor recebeu dos seus intercessores da Sala de Fé, junto com uma carta supercarinhosa e cheia de fé. Muito obrigada, queridos! Que Deus os abençoe grandemente”, publicou.

Beto Barata



Michelle foi às redes agradecer o carinho de apoiadores ao ex-presidente